



III Congresso Internacional do OBSERVARE
17-18-19 de Maio 2017 | Fundação Gulbenkian

BEYOND BORDERS
People, spaces, ideas

PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS
Pessoas, espaços, ideias

INTERVENÇÃO FINAL

LUÍS MOITA

Ao terminarmos este congresso, não será ousado dizer que ele constituiu um marco num projecto científico amplamente partilhado. Escutámos 10 relevantes conferências de especialistas internacionais, enquanto 137 académicos apresentaram comunicações científicas, tudo isto envolvendo um total de 250 congressistas inscritos. Ficamos assim com um registo valioso destinado a figurar nas futuras Actas do nosso encontro, convictos de que avançámos no conhecimento das questões internacionais que nos mobilizaram. Trabalhámos sobre a equação indivíduo/sociedade, debruçámo-nos sobre a evolução demográfica do nosso mundo, analisámos os múltiplos movimentos populacionais que atravessam as nossas fronteiras, considerámos os novos espaços, designadamente urbanos, onde se organizam as nossas actividades, inquirimos sobre as garantias de segurança das áreas onde se produzem e se permutam bens e serviços, reflectimos sobre os bens comuns da humanidade e observámos práticas de educação para a cidadania global. Além disso, num momento alto dos nossos trabalhos, debatemos o problema dos refugiados e do seu acolhimento nas nossas instituições universitárias.

Aqui deixamos uma palavra de agradecimento a todos aqueles que responderam ao nosso convite, por vezes vindos de tão longe (de Buenos Aires a Ankara), para nos trazer a sua sabedoria e contribuir com densidade e inovação para os importantes temas que nos ocuparam nestes dias. A nossa expectativa é que este cruzamento de tão diversas comunidades científicas se mantenha e se intensifique como rede fecunda de interacções.

Para muitos de nós, o objecto do estudo resume-se em duas palavras: relações internacionais. Enquanto universitários não somos meros comentadores da actualidade, nem decisores políticos em matéria de política externa. A nossa ambição é a de sermos cientistas sociais, com a particularidade de estudar as sociedades humanas do ponto de vista do seu relacionamento e das características da paisagem global que as envolve – o sistema internacional. Nessa qualidade, compete-nos afinar os instrumentos de análise para a compreensão dos processos em causa. E temos a dupla responsabilidade de buscar novos quadros de pensamento adequados às transições aceleradas do panorama internacional e de exercer um trabalho crítico acerca das categorias mentais que utilizamos.

Novos quadros de pensamento parecem impor-se. Ao longo do congresso essa necessidade tornou-se evidente. Vejamos, entre muitos outros, dois exemplos. Como vamos lidar com a sobreposição de níveis em que a nossa sociedade convencional convive com a sociedade digital da comunicação interactiva, massificada e instantânea? Que enquadramento jurídico vamos descobrir para a salvaguarda de bens comuns imateriais, como sejam as condições climáticas, não susceptíveis de apropriação material ou de delimitações soberanas, porque são de todos e não são de ninguém?

Mas esta invenção de novos quadros de pensamento tem de vir a par com um trabalho crítico do discurso dominante. Ao etnocentrismo do discurso dominante, temos de opor a visão cosmopolita. À militarização da política mundial, temos de opor uma leitura cooperativa. Ao monetarismo transformado em dogma, temos de opor o sentido da economia solidária. Ao carácter predador do nosso ideal de crescimento, temos de opor o respeito pelos instáveis equilíbrios do ecossistema.

Se bem o compreendemos, a temática deste III Congresso Internacional do OBSERVARE foi atravessada por uma preocupação de primeiro plano: a da humanização das relações internacionais. Sem confundirmos humanização com humanitário. Estamos demasiado habituados a reflectir acerca do jogo dos poderes, nos seus equilíbrios e nas suas assimetrias, bem como sobre a correlação de forças no âmbito da qual esse jogo se desenrola. Tal perspectiva é tão necessária quanto insuficiente. Necessária, como antídoto a qualquer visão de inocência, insuficiente porque nos leva por vezes a esquecer o essencial. E o essencial é que estão em causa povos, compostos por pessoas, organizadas em sistemas e subsistemas sociais. Essa humanização do nosso olhar é absolutamente fundamental. Impõe-se a consciência de que as decisões em política externa e a edificação da arquitectura da comunidade internacional afectam seres humanos, muito para além do anonimato dos grandes conjuntos ou da suposta impessoalidade das multidões.

Com frequência as análises que nos chegam andam à deriva, distorcidas, longe destas perspectivas. Sejam-me permitidos alguns exemplos. Quantas vezes ouvimos considerar a crise da Ucrânia à luz das variáveis geopolíticas ou do confronto das potências ou da colisão de interesses entre os poderes regionais e mundiais. Mas onde fica assim lugar para o povo ucraniano? Quem cuida seriamente dos seus interesses, das suas preferências, das suas ambições? Não será verdade que muitas das contradições dramatizadas pelas chancelarias e avolumadas pelos media se poderiam dissipar ou superar se a óptica fosse centrada no bem-estar das populações ou nas vantagens que resultariam da conciliação das várias soluções em presença?

Temos escutado interpretações de recentes processos internacionais totalmente desfocadas do essencial. Com surpresa assistimos a análises das “primaveras árabes” centradas em duas preocupações: saber até que ponto, naqueles sobressaltos, estão salvaguardados os interesses do Ocidente e a segurança de Israel. Ninguém discutirá a legitimidade de tais pontos de vista, mas certamente não serão as variáveis mais importantes. Vistas as coisas a esta luz, que papel resta para o povo tunisino, para as mulheres e os homens da Síria ou as populações egípcias? Como valorizar a sua participação democrática, como erradicar as raízes da violência nesses sobressaltos, como acolher as suas reivindicações de dignidade?

Quando falamos de humanização das relações internacionais é a este tipo de questões que nos referimos. À necessidade de introduzir nas nossas análises os factores humanos, as dinâmicas sociais, o papel dos indivíduos, a lógica dos direitos e das responsabilidades das pessoas. São princípios inspiradores, susceptíveis de melhorar a nossa leitura dos acontecimentos. Isto é tanto mais imperioso quanto se multiplicam sinais de que o sistema internacional, de tão disfuncional que se tem revelado, possa caminhar para um ponto de ruptura.

Não se diga que nos faltam quadros conceptuais para refazer nestes termos o nosso discurso. Instrumentos de análise estão à nossa disposição. Veja-se o pensamento do indiano Amartya Sen, já laureado com o prémio Nobel de Economia, ou da filósofa norte-americana Martha Nussbaum, que com ele trabalhou, na busca de maior grau de justiça na vida internacional. Produziram uma reflexão centrada nas capabilities, nas capacidades, nas aptidões dos seres humanos, essas capacidades que permanecem ocultadas ou mesmo esmagadas pelos mecanismos de opressão, tanto física como simbólica, pelas dominações de género, ou de casta, ou de condição social...

Sejamos claros: a frieza das macro-políticas impessoais pode reverter-se para um registo de atenção ao humano. Por alguma razão este termo foi introduzido progressivamente no nosso vocabulário e aprendemos a falar de desenvolvimento humano, de segurança humana e assim por diante. Mais ainda: sabemos que, no limite, um crime contra um só indivíduo pode ser classificado como crime contra a humanidade, como se na sua singularidade ele concentrasse a totalidade do género humano. É isto que precisamos de aprofundar, e o tema dos refugiados, tão presente nos nossos debates, é um bom campo de experimentação para testar a nossa narrativa sobre os factos e avaliar o quadro de valores subjacente às nossas posições.

Nós, os estudiosos de relações internacionais, temos a responsabilidade, não apenas de proceder a este trabalho crítico, mas de combater o preconceito do suposto fatalismo das coisas inevitáveis. Deveríamos saber retornar ao espírito que levou o ministro dos negócios estrangeiros francês, Aristide Briand, e o secretário de Estado norte-americano, Frank Kellogg, nos anos 20, a promoverem um tratado internacional com o compromisso vinculativo de abolição da guerra. Deveríamos saber agarrar a bandeira de Barak Obama ao recordar quanto imperiosa é a necessidade de eliminar da terra o armamento nuclear, mesmo que isso ainda não seja possível na nossa geração. Deveríamos saber comprovar a insensatez da escalada armamentista, num tempo em que se tornou claro que o sobre-armamento, longe de facultar mais segurança, se torna factor de vulnerabilidade. Não deveríamos ser neutros quando vemos os decisores políticos considerarem com leviandade ou mesmo com desdém os alertas dramáticos sobre as alterações climáticas. Como não deveríamos ser neutros quando nos apresentam como inevitáveis as gritantes assimetrias da repartição mundial da riqueza.

Não se pense que isto significa propor uma ciência normativa. Mas uma coisa não podemos iludir: a importância das ideias na condução dos acontecimentos. Por alguma razão um dos temas desta nossa conferência foi a relevância das ideologias. Os nossos modos de pensar induzem práticas que lhes correspondem. As categorias mentais que utilizamos nas nossas teorias condicionam poderosamente as conclusões das análises a que procedemos.

Sabemos que a vastidão e a complexidade dos problemas impedem a tentação de respostas simplistas. Mas podemos ser simples e directos a respeito de muitas coisas da vida internacional, essas coisas justamente onde se joga a humanização das nossas abordagens. Podemos ser simples e directos quando referimos a democracia, sabendo-a obrigatória e reconhecendo que não há democracia sem as condições materiais para o seu exercício. A democracia política também é democracia social ou não é verdadeira democracia. Podemos ser simples e directos quando defendemos que a Europa seja terra de asilo, onde qualquer refugiado encontre uma casa, na melhor tradição milenar de acolhimento aos fugitivos. Podemos ser simples e directos quando desconstruímos as narrativas patriarcais e reconhecemos que as sociedades do futuro tratarão homens e mulheres em pé de igualdade. Podemos ser simples e directos quando reclamamos o controlo da tecnologia em função da dignidade das pessoas. Podemos ser simples e directos quando valorizamos o multilateralismo, em detrimento dos egoísmos nacionais.

Numa palavra: as relações internacionais não são uma arena impessoal onde se contam canhões, onde se disputam recursos e onde se contabilizam lucros. Elas são habitadas por comunidades humanas que podem, é certo rivalizar, mas que são chamadas a cooperar. Este III Congresso Internacional do OBSERVARE da Universidade Autónoma de Lisboa terá servido para alguma coisa se tiver contribuído para a humanização da nossa maneira de pensar as relações internacionais.